

Estudo da FGV mostra que desigualdade de renda é maior do que a estimada

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Perspectiva de melhoria está no pagamento do novo Bolsa Família. A desigualdade de renda no Brasil é ainda maior do que o imaginado. A constatação é da pesquisa da FGV Social, que uniu a base de dados do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) à da Pnad Contínua, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa mostrou que o índice de Gini chegou a 0,7068 em 2020. O valor é superior ao 0,6013 calculado apenas na Pnad Contínua. Cada 0,03 ponto corresponde a uma grande mudança da desigualdade. “A desigualdade, quando a gente combina dados do imposto de renda com as pesquisas domiciliares, ela se apresenta bem mais alta, e a mudança dela na pandemia não foi de queda como se acreditava, mas de um pequeno aumento”, explicou o diretor da FGV Social, Marcelo Neri. Segundo o professor, a renda dos mais ricos revelada no imposto de renda é mais alta do que é captado pela Pnad. “Se a pessoa declara imposto de renda, declara o que ela tem, se não paga imposto à toa, então há desigualdade por captar mais a renda dos mais ricos. E durante a pandemia, o grupo do meio, a classe média, não teve o auxílio e também não tinha renda do capital para estabilizar o choque adverso”, disse, acrescentando que essa parcela, classe média, ainda teve mais efeitos com as perdas de empregos. Conforme o cálculo do Gini, quanto mais perto de 1 está o indicador, maior é a desigualdade. A pandemia também é responsável por influenciar a desigualdade. Diferente do que se pensava, mesmo com o Auxílio Emergencial, a desigualdade brasileira não recuou durante a pandemia. Com a metodologia usual do Gini o patamar teria passado de 0,6117 para 0,6013. No entanto, com a combinação das bases, o indicador vai de 0,7066 para 0,7068. Segundo Neri destacou que as perdas dos mais ricos (os 1%) foi de 1,5%, nível menor do que a metade da classe média, que ficou em 4,2%, e se tornou, segundo o professor, a grande perdedora da pandemia. “Embora a renda dos mais pobres tenha sido protegida pelo Auxílio Emergencial, a renda da classe média teve uma queda quase três vezes maior do que a do topo da distribuição. Foi [queda de] 4,2% para a classe média e menos 1,2% para o topo da distribuição. A fotografia da desigualdade e o filme da pandemia são piores do que imaginavam. Essa é uma imagem mais macro da pesquisa”, explicou. Segundo a pesquisa, as rendas mais altas do imposto de renda por habitante no Brasil foram notadas em Brasília (R\$ 3.148), São Paulo (R\$ 2.063) e Rio de Janeiro (R\$ 1.754). Nas capitais, Florianópolis ficou na frente (R\$ 4.215), seguida de Porto Alegre (R\$ 3.775) e Vitória (R\$ 3.736). Também tiveram destaque os municípios de Nova Lima, na Grande Belo Horizonte (R\$ 8.897); São Caetano, na Grande São Paulo (R\$ 4.698) e Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (R\$ 4.192). A menor declaração de patrimônio por habitante foi registrada no Maranhão (R\$ 6,3 mil). Ao contrário, a maior é a do Distrito Federal (R\$ 95 mil), onde há muita concentração de riqueza, liderada pelo Lago Sul (R\$ 1,4 milhão). A renda apresentada no IRPF por habitante no Lago Sul é R\$ 23.241. O valor, segundo a pesquisa, é três vezes maior que o alcançado em Nova Lima, o município mais rico do Brasil. O estudo mapeia fluxos de renda e estoques de ativos dos mais ricos brasileiros a partir do último IRPF disponível. Para o professor Neri, a avaliação é útil para formulação de reformas nas políticas de impostos sobre a renda e sobre o patrimônio. “A gente lança informações que são úteis para desenho de reforma de imposto de renda, taxa sobre patrimônio, sobre herança”, disse. Segundo Neri avaliou que as perspectivas de melhoria na desigualdade são o pagamento de um novo Bolsa Família, que é importante para os mais pobres, com um orçamento maior este ano, mas para os anos seguintes ainda não está definido. Ainda na redução de impactos da desigualdade, o professor citou a volta do Minha Casa, Minha Vida, reincluindo a população da faixa 1, que tem rendimentos menores. “Tem essa agenda social na base que é importante e determinante da desigualdade”, disse. Comentários



A menor declaração de patrimônio por habitante foi registrada no Maranhão (R\$ 6,3 mil) -
Tânia Rêgo/Agência Brasil